



*Nilo Coelho explicou que maioria não discute, maioria vota*

## Figueiredo comandou a reação

*Fernando Cesar Mesquita*

Foi o próprio Presidente da República quem determinou ontem à liderança de seu Partido que enfrentasse a obstrução oposicionista à votação dos projetos constantes da ordem do dia do Senado.

"Afinal, somos ou não somos maioria?" — teria indagado o Presidente Figueiredo. O PDS é maioria, tem 36 representantes numa Casa integrada por 67 parlamentares, mas precisou negociar internamente para cumprir a missão que recebeu de seu presidente de honra.

A tentativa de desobstruir a pauta movimentou o Senado, que viveu dia de atividade incomum nos últimos tempos. Os discursos dos líderes da Oposição e do Governo, Odacir Klein e Cantídio Sampaio, sobre o Projeto Carajás, por paradoxal que seja, aliviaram o clima de nervoso pessimismo registrado na Câmara desde o episódio das bombas do Riocentro e seus desdobramentos. E vale registrar que ontem ninguém falou em bombas nos plenários da Câmara e do Senado.

Das bombas, os parlamentares passaram a outros temas mais diretamente ligados aos seus objetivos de sobrevivência. As reformas da legislação eleitoral, causa do manifesto em que 160 deputados defendem a fusão dos Partidos oposicionistas, por exemplo. Experimentado, o Deputado Azeredo (PP-MG) descreve do êxito da fusão e a define assim: "É uma advertência ao Governo, mas não vai vingar, porque as cúpulas jamais aceitariam perder os cargos que ocupam na hierarquia partidária".

Se as assinaturas forem honradas, ninguém duvida que estaremos entrando no estreito caminho da crise institucional, pois o Palácio do Planalto refugia a idéia do retorno ao bipartidarismo. Mas, ao mesmo tempo, seus estrategistas vão-se empenhar a fundo na batalha pela vitória dos candidatos pedessistas nas eleições de 1982.

A decisão oficial — contrária ao bipartidarismo — implica alterar as regras eleitorais. As reformas serão casuísticas mesmo. O Sr Cantídio Sampaio espera encontrar o consenso interpartidário na votação das modificações previstas. Mas o otimismo do líder não é compartilhado por outros pedessistas. Somando informações colhidas de vá-

rias fontes, podia-se compor ontem o quadro de alterações definidas na legislação: as coligações serão proibidas; as sublegendas serão estendidas às eleições de governador e haverá vinculação de votos nas eleições proporcionais. São aceitas com boa vontade no Palácio do Planalto a concessão do voto ao analfabeto e a desobrigação do voto (ou o voto facultativo). Fora de cogitação ficou o voto distrital.

Com grande satisfação, constatou-se ontem que a Emenda Bezerra de Melo fracassou. Terça-feira, o Senador Afonso Camargo (PP-PR) entregará ao Senador Jarbas Passarinho a lista de 55 senadores que se comprometeram a rejeitar apoio ao projeto de emenda constitucional que o representante de São Paulo pretendia apresentar, prorrogando os mandatos parlamentares federais até 1982. Como ele precisaria de um mínimo de 23 senadores para formalizar sua emenda — o Senado tem 67 senadores — fica claro que ele não tem mais o que fazer.

Enquanto o risco da emenda prorrogonista passava, surgiam indicações, também de áreas malufistas, de que novo projeto estaria em elaboração: transformar o Congresso em Constituinte, a partir de 15 de março de 1983, com os deputados e senadores que o integram atualmente. Sem eleições. O Deputado Prisco Viana desmentiu a existência de qualquer bafejo oficial a tal iniciativa, porém o Deputado Siqueira Campos (PDS-GO) não foi tão enfático na negação da possibilidade.

A desobstrução devolve ao Senado o clima de normalidade, mas outros complicadores podem trazer o ambiente de desalento. Por exemplo, o discurso do Deputado Freitas Diniz (PT-MA), considerado injurioso por alguns parlamentares ao General Gentil Marcondes, pode ser absorvido pelos militares pelo fato de ter sido censurado pelo Senador Jarbas Passarinho. Mas também pode não ser assimilado e redundar em agravamento da crise. Há também a emenda constitucional que transfere às Assembleias Legislativas a competência para atribuir os subsídios de seus integrantes, iniciativa mal vista por setores oficiais. Haveria abusos, pois cada Estado faria o que bem entendesse, e todo mundo sabe que os parlamentares nunca foram comedidos quando se trata de auferir vantagens pessoais. Docemente constrangidos, saem por aí e vão aceitando favores.